



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA – TEL

LAISA BIANCA DA SILVA ALVES

**DO FRACASSO SOCIAL À CULPABILIDADE NA PERDA: O PESO DE SER MÃE
EM *CANÇÃO DE NINAR*, DE SLIMANI, E *O ACONTECIMENTO*, DE ERNAUX**

BRASÍLIA - DF

2023

LAISA BIANCA DA SILVA ALVES

**DO FRACASSO SOCIAL À CULPABILIDADE NA PERDA: O PESO DE SER MÃE
EM *CANÇÃO DE NINAR*, DE SLIMANI, E *O ACONTECIMENTO*, DE ERNAUX**

Monografia apresentada ao departamento de Teoria Literária e Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de bacharelado em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Teixeira da Costa Araújo

BRASÍLIA - DF

2023

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu forças para continuar.

À minha família.

À minha mãe, Maria, que sempre me incentivou a estudar e a ser uma mulher independente, por ser mãe, mesmo com todas as dificuldades do título.

Aos meus irmãos mais velhos, Jheferson e Jaderson, por me mostrarem que sou capaz. Em especial ao Jheferson, por ser modelo e apoiador.

Ao meu pai, Edimirson, que me mostrou que independentemente da idade, estudar sempre poderá te fazer crescer, por ser inspiração.

Aos meus companheiros de vida acadêmica e amigos, Mayra, Érika, Kétrin, Elzino, Isabel, Laisa Dayane e Isabella Cristina, por todas as trocas, discussões e risadas.

Ao meu professor de redação do ensino médio, Ivan, que me mostrou que as Letras seriam o meu futuro.

Ao meu orientador, Daniel, que me acolheu, aconselhou e se disponibilizou para me ajudar nessa jornada, sempre com simpatia, empatia e um sorriso no rosto.

Ao meu orientador mais uma vez e também aos professores Augusto, Maria Isabel, Edvaldo e José Luis, por me mostrarem o que é verdadeiramente amar a literatura.

À educação pública e à periferia, das quais sempre fiz parte.

*“Às vezes, meu luto é igual a ter sido deixada
sozinha em uma sala sem porta nenhuma.”*

Michelle Zauner

RESUMO

Este trabalho analisa as responsabilidades maternas nas obras *Canção de ninar* (*Chanson douce*, 2016), de Leïla Slimani e *O acontecimento* (*L'Événement*, 2000), de Annie Ernaux. Situados em diferentes contextos sócio-históricos, os romances apresentam as cobranças direcionadas à figura feminina, desde o fracasso social nas exigências trabalhistas para uma mãe até a dor, a violência e a culpa condicionadas a ela na perda de um filho.

Palavras-chave: *Canção de ninar*; *O acontecimento*; responsabilidades maternas; fracasso social; violência; perda.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse les responsabilités maternelles dans les œuvres *Canção de ninar* (*Chanson douce*, 2016), de Leïla Slimani et *O acontecimento* (*L'événement*, 2000), d'Annie Ernaux. Situés dans différents contextes socio-historiques, les romans présentent des demandes dirigées vers la figure féminine, de l'échec social dans les exigences de travail d'une mère à la douleur, la violence et la culpabilité qui lui sont conditionnés par la perte d'un enfant.

Mots-clés: *Canção de ninar*; *O acontecimento*; les responsabilités maternelles; l'échec social; la violence; la perte.

Sumário

Introdução	7
1. O peso de ser mãe na mulher contemporânea	8
2. A fuga feminina de uma realidade frustrada	16
3. A dor nas imagens da violência e da culpa	22
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	31

Introdução

Em realidades e narrativas diferentes, as protagonistas de *Canção de ninar* (*Chanson douce*, 2016), de Leïla Slimani, e *O acontecimento* (*L'Événement*, 2000), de Annie Ernaux, compartilham mais semelhanças do que o esperado. *Canção de ninar* conta a história de uma mãe, Myriam, que se afastou de sua casa e de seus dois filhos, Mila e Adam, deixando-os aos cuidados de sua babá Louise, babá que, por fim, viria a assassinar as duas crianças. *O acontecimento* é a narração autobiográfica da descoberta da gravidez e da decisão da autora em interromper a gestação clandestinamente, contando ainda todo o processo do aborto.

A motivação por trás da escolha das obras se dá pelo enfoque em suas narrativas do que é ser uma mulher, e também das dores consequentes de poder ser mãe em uma sociedade patriarcal. Essas narrativas são apresentadas por duas protagonistas de autoras femininas, ambas as protagonistas buscam sua liberdade, seja na carreira ou no papel materno, e diante disso, apresentam-se extremamente solitárias e repletas de noções de culpabilidade. As duas mulheres refletem a realidade passível a todas as figuras femininas, que são continuamente condicionadas às violências do mundo externo apenas por serem mulheres.

Assim, tendo em vista o cenário da maternidade e das cobranças sociais ao feminino, este trabalho propõe a comparação das duas obras francófonas pela perspectiva do peso das obrigações maternas e da dor na perda de um filho. É através do romance ficcional, embora inspirado em um caso real (o caso Yoselyn Ortega de Manhattan), de Leïla Slimani e do romance autobiográfico de Annie Ernaux, que é possível observar os papéis desempenhados pela mulher, juntamente com seus medos, receios e frustrações.

A primeira parte do trabalho procurará expor as relações entre a mulher, a maternidade e a busca pelo mercado de trabalho. Focando-se em elementos como o papel social da mãe, a figura feminina e o surgimento do poder de escolha de ser mãe, também é comentado a sede pela liberdade individual representada pelas protagonistas: Annie Ernaux como uma jovem que não queria ser mãe enquanto cursava a faculdade e Myriam Massé como uma mãe de dois filhos que queria investir em sua carreira profissional.

Na segunda parte serão apresentados os diferentes contextos históricos e socioeconômicos, além das percepções de “fuga” das duas obras. Diante da realidade de uma família francesa de classe média e das responsabilidades na criação de duas crianças, Slimani apresenta através de Myriam noções de tentativa de fuga representadas pela negligência

materna. Já diante da realidade de uma França em época da ilegalidade do aborto, Ernaux representa a tentativa de fuga de um destino pesado de responsabilidades e rechaços no corpo de uma jovem pobre, universitária, solteira e sem apoio.

A terceira, e última, parte apresentará a perda materna e as suas consequências. Com a perspectiva de um “assassinato materno”, propõe-se a imagem da dor e da violência que vitimizaram as protagonistas, e também a culpabilização feminina, mesmo que diante de eventos externos. Myriam vivencia sua perda inicialmente na criação dos filhos com as expectativas trabalhistas, e mais tarde com a morte deles. Ernaux vivencia a perda de si mesma como consequência do aborto clandestino. Por fim, as considerações finais refletirão acerca das semelhanças entre as duas obras.

1. O peso de ser mãe na mulher contemporânea

Considerada como inerente a *ser* uma mulher, a maternidade foi, e ainda é vista como o principal papel social da mulher. Intrínseco ao sexo feminino, é um papel idealizado e tido como a máxima realização da feminilidade; a concepção da maternidade ainda foi construída historicamente através do ideal de sacrifícios e renúncias individuais (Borsa; Feil, 2008).

Como uma das características biológicas da mulher, a capacidade de gestar se tornou também um papel identitário. Abordando a temática biologicamente, Simone de Beauvoir (1970, p. 41) alega que: “É nos mamíferos que a vida assume as formas mais complexas e individualiza-se mais concretamente. Então a cisão dos dois momentos vitais, manter e criar, realiza-se de maneira definitiva na separação dos sexos.”, desse modo, afastando-se do aspecto de apenas gerar, a mulher se distingue do homem, a ela cabe também o papel de criar. Diante dessa atribuição, “Todo o organismo da fêmea adapta-se à servidão da maternidade e por esta é comandado” (Beauvoir, 1970, p. 41), a mulher então teria a percepção de uma vocação natural para a maternidade, maternidade essa reforçada pelo sistema patriarcal, em que as mulheres são subordinadas aos homens, desempenhando assim, a função da criação dos filhos quase que inteiramente sozinhas, livrando a responsabilidade dos pais, afinal “É nessa divisão [...] que a mãe estabelece com sua progênie as relações mais estreitas e que o pai mais se desinteressa dela.” (Beauvoir, 1970, p. 41).

Entretanto, com o surgimento do movimento feminista, a imposição desse papel passou a ser constantemente questionada: “A partir dos anos sessenta encontramos nos discursos de importantes representantes desse movimento a proposição de que a maternidade seria uma condição da qual toda mulher deveria tentar escapar.” (Borsa; Feil, 2008, p. 5), questionamento que se deve ao fator de que diante dessa imposição, a mulher seria posta a uma maior opressão

masculina. É a partir da fuga dessa imposição de um destino inevitável por motivos biológicos que se cria a percepção de *querer* ser mãe, agora por vontade e escolha próprias (Beauvoir, 1970). Assim, “A mulher não se acha mais confinada na sua função reprodutora: esta perdeu em grande parte seu caráter de servidão natural, apresenta-se como um encargo voluntariamente assumido;” (Beauvoir, 1967, p. 165).

A maternidade não é inerente à mulher, mas é vista socialmente como tal. Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) abordam a maternidade como uma escolha que, antes tida como inevitável, hoje implica diferentes questões, como o fator de investimento na carreira, a estabilidade financeira e afetiva, a manutenção da liberdade, entre outros. Diante dessas situações, esse papel pode ser postergado ou até mesmo recusado, por decisão individual, pois “As mulheres engajadas em sua ascensão profissional muitas vezes não querem interrompê-la em prol da maternidade, pois a carreira – assim como os cuidados envolvidos na criação de um filho, especialmente em seus primeiros anos de vida – exige uma dedicação quase que integral.” (Barbosa; Rocha-Coutinho, 2007, p. 164). Contudo, a recusa ou adiamento acarretam mais cobranças ao papel feminino, sejam internas com os familiares ou externas socialmente. Borsa e Feil (2008) abordam como a sacralização da figura da mãe contribui para a repressão da autonomia da mulher que, ao recusar sua função de ser mãe, se vê culpada e ameaçada.

Já diante da realidade de se tornar mãe, seja por vontade própria ou não, a figura feminina mais uma vez se vê perante a novos desafios: as responsabilidades de criação e de manutenção da família. Com o passar dos anos e com as conquistas femininas, os papéis conjugais e parentais de homens e mulheres não são mais tão vinculados ao seu sexo, embora os papéis parentais estejam agora mais vinculados às condições externas e ambientais, as responsabilidades familiares continuam caindo majoritariamente sobre a mulher (Oliveira; Barbosa; Fernandes, 2005).

A figura feminina é responsável não só pela criação e educação dos filhos, mas também deve cumprir os horários do trabalho fora de casa, ao mesmo tempo em que é cobrada de cuidados com o corpo, e, à mínima percepção de falha ao conciliar esses aspectos, é responsabilizada e desenvolve a sensação de culpa perante a família (Borsa; Feil, 2008). Assim, ser mãe se torna um acúmulo de responsabilidades nos papéis femininos, “Para a mulher contemporânea, trabalhar e ser uma profissional bem sucedida é somar responsabilidades, mais do que isto é, frequentemente (sic), suportar certa medida de conflitos e culpa.” (Borsa; Feil, 2008, p. 8), fator esse que se torna uma das principais motivações para o adiamento do desejo de ser mãe, daquelas que o têm.

Apesar da liberdade em poder postergar ser mãe, se aliando ao mercado de trabalho e ao uso de métodos contraceptivos, a mulher se torna objeto de expectativas da maternidade, há “[...] o ideário do devotamento e do sacrifício, a visão da maternidade como um sofrimento voluntário e indispensável para a mulher normal, o que ainda hoje parece estar fortemente presente no pensamento social.” (Barbosa; Rocha-Coutinho, 2007, p. 172). Dessa forma, a mulher que não cumpre esse papel por escolha ou por condição é inferiorizada, “parece ainda ser vista pela sociedade como uma coitada” (Barbosa; Rocha-Coutinho, 2007, p. 178).

Dentre os extensos dilemas femininos diante do peso da maternidade existem pelo menos dois: buscar um caminho individual na carreira profissional ao já se ter filhos, esse no caso de mães que optaram ou que foram condicionadas a não trabalhar fora do lar durante os primeiros anos da maternidade; e também não querer ser mãe ao se deparar com uma gravidez não planejada. Myriam Massé representa o primeiro caso, a personagem retrata uma mãe exausta das exigências maternas e que perdeu sua identidade e individualidade, uma mulher que desejava a liberdade e o sucesso pessoais através da continuidade da sua carreira que foi interrompida com a gravidez e o matrimônio. Já Annie Ernaux representa o segundo caso ao optar pelo aborto ilegal ao engravidar acidentalmente enquanto cursava o ensino superior, a autora esclarece seus receios ao descobrir a gravidez e todas as violências que sofreu durante o processo, desejando continuar com seus estudos e liberdade individual, não se atrelando às responsabilidades de ter um filho.

Sendo responsáveis pela maior parte da criação dos filhos, muitas mulheres desejavam, ou necessitavam, construir uma carreira. Fiorin, Oliveira e Dias (2014) abordam como com o passar do tempo, a figura feminina passou a participar com mais força do mercado de trabalho por volta da década de 70, entretanto, na época essas mulheres eram em sua grande maioria solteiras e sem filhos, a inserção de mães no ramo de trabalho foi mais lenta. As autoras ainda destacam a inferiorização do trabalho considerado como do lar e a percepção dos ditos “trabalhos do homem” e “trabalhos da mulher”, fortalecendo a idealização do cuidado com a casa, com a criação e a proteção dos filhos como sendo responsabilidades da mulher. Mais uma vez essa percepção é reflexo da capacidade feminina de gestar: “A razão profunda que, na origem da história, vota a mulher ao trabalho doméstico e a impede de participar da construção do mundo é sua escravização à função geradora.” (Beauvoir, 1970, p. 153).

Esse sentimento é reforçado então pela protagonista Myriam, que “[...] parecia se encontrar nessa maternidade animal. Essa vida de casulo, longe do mundo e dos outros, os protegia de tudo.” (Slimani, 2018, p. 15), personagem que embora tivesse qualificações para um bom trabalho fora do lar, se isolava do mundo exterior. Assim, o lar para a mulher, e

consequentemente para Myriam, é “[...] o quinhão que lhe cabe na terra, a expressão de seu valor social, de sua mais íntima verdade. Como ela não faz nada, ela se procura avidamente no que tem. É pelo trabalho doméstico que a mulher realiza a apropriação de seu ‘ninho’;” (Beauvoir, 1967, p. 197).

O ideal de independência financeira também é um dos fatores que contribuíram para a manutenção desse sistema de soma de obrigações. Mesmo que o salário seja abaixo do esperado, há a sensação de satisfação pessoal em ter uma profissão. “O significado da atividade remunerada, portanto, vai além da necessidade econômica para as mulheres atualmente.” (Fiorin; Oliveira; Dias, 2014, p. 28), torna-se então, uma questão de busca pelo sucesso individual, em contraste com a sensação de vergonha ao não ter uma vida profissional. No caso de Myriam,

Ela se roía de amargura e arrependimento. Pensava nos esforços que tinha feito para terminar os estudos, apesar da falta de dinheiro e da ajuda da família, na felicidade que sentira ao ser admitida na Ordem, [...]. Nem para Paul ela soube como falar sobre a vergonha que sentia. [...] Mais que tudo, ela temia os desconhecidos. Os que perguntavam inocentemente com que ela trabalhava e se constrangiam à menção de uma vida no lar. (Slimani, 2018, p. 16)

Bossolan (2014) aborda as mulheres como criadas para serem “boas mães”, abdicando de desejos pessoais desde crianças; assim, as mulheres possuem as expectativas de não terem frustrações ou incertezas sobre atribuições maternas, sendo obrigadas a aceitarem todos os papéis, independentemente da saúde física, psíquica ou emocional. Myriam ficou sombria porque “Com duas crianças, tudo ficou mais complicado: fazer compras, dar banho, ir ao médico, fazer a faxina. As contas se acumularam.” (Slimani, 2018, p. 15), sua saúde mental e emocional também colaboraram para as mudanças, consequência de que “Como se aborrecem, muitas complicam e multiplicam indefinidamente seus deveres de maneira que os tornam mais exaustivos do que um trabalho qualificado.” (Beauvoir, 1967, p. 207), provocando então também a exaustão física. Considerando os sentimentos da mulher quanto ao trabalho em casa, os trabalhos fora de casa entram como um fator de valorização feminina, “contribuem para que as mesmas se sintam ativas e produtivas. O trabalho remunerado fora do lar é visto como algo que valoriza a mulher, que amplia seu conhecimento e melhora seu estado emocional” (Fiorin; Oliveira; Dias, 2014, p. 29).

Embora tenha sido muito feliz durante a criação da primeira filha, com o nascimento do segundo e a duplicação das responsabilidades maternas, Myriam tomou consciência de seus esforços e renúncias individuais para a manutenção da família. Se frustrando, a personagem percebeu a situação como injusta: “Ela sempre afastou a ideia de que seus filhos pudessem ser

um entrave a seu sucesso, a sua liberdade. Como uma âncora que puxa para baixo, que afunda o rosto do afogado na lama. Essa tomada de consciência a princípio a fez mergulhar em uma tristeza profunda.” (Slimani, 2018, p. 47).

Boudrahem (2019) discute que, a partir do acesso a métodos contraceptivos, a responsabilidade materna se tornou maior, agora com um ideal de que a mãe deve ser perfeita porque a ela coube a decisão de ser mãe de uma criança que não pediu para nascer, sendo pressionada a desistir de todos os seus projetos pessoais e trabalho. É com essa tomada de consciência que Myriam passa a repensar seu papel como mãe e como esposa, desejando enfim retomar a sua individualidade:

Percebeu que jamais poderia viver sem o sentimento de estar incompleta, de fazer as coisas mal, de sacrificar uma parte de sua vida em função da outra. Tinha feito um drama ao se recusar a renunciar ao sonho dessa maternidade ideal. Teimando em achar que tudo era possível, que ela alcançaria todos os seus objetivos, que ela não ficaria nem amarga, nem esgotada. Não faria o papel nem da mártir, nem da Mãe Coragem. (Slimani, 2018, p. 47)

Slimani representa em Myriam as frustrações de uma mãe em estado de cansaço: “A romancista nos descreve um sentimento de sede de liberdade dessa mulher. Um violento desejo da modernidade que se define pela vontade de viver experiências pessoais que lhe permitam impor-se e reivindicar o seu lugar na sociedade.” (Boudrahem, 2019, p. 14, tradução nossa¹). A sede por liberdade acarreta a tentativa de mudança de realidade da personagem. Ao falar com o marido, Paul, sobre querer um emprego, inicialmente sentiu-se menosprezada ao ouvir a opinião dele: “Ele ironizava, fazendo as ambições dela parecerem ridículas, dando ainda mais a impressão de que ela estava aprisionada naquele apartamento.” (Slimani, 2018, p. 20), mas ao chegarem em um acordo em que ela pudesse trabalhar, decidiram que necessitariam de uma babá, a personagem passou então a exercer a carreira de advogada.

Mesmo com algum tipo de rede de apoio, como com a possibilidade de pagar uma babá ao se ter um bom emprego, a maternidade ainda assume um papel pesado, “[...] embora advogadas, médicas, professoras consigam quem as auxilie em casa, o lar e os filhos representam para elas encargos e preocupações.” (Beauvoir, 1970, p. 174). Myriam agora tentava conciliar a vida em casa como mãe, esposa e empregadora de Louise, e também no trabalho externo, como empregada de Pascal. Surge então a idealização da mulher contemporânea, dela é exigida a conciliação feminina dos desejos individuais juntamente com

¹ “La romancière nous décrit un sentiment de la soif à la liberté de cette femme. Un violent désir à la modernité qui se définit par sa volonté de vivre des expériences personnelles lui permettant de s’imposer et de revendiquer sa place dans la société.”

as exigências sociais, devendo então não ser apenas uma boa mãe e esposa, mas também ter independência financeira e social através da sua carreira profissional (Fiorin; Oliveira; Dias, 2014). Isso consiste em mais uma vez uma nova realidade idealizada, “Há mulheres que encontram em sua profissão uma independência verdadeira; mas são numerosas aquelas para quem o trabalho ‘fora de casa’ não representa no quadro do casamento senão uma fadiga a mais.” (Beauvoir, 1967, p. 247), fator que se reflete na transformada realidade de Myriam, que recebia agora exigências extravagantes de Pascal.

Por outro lado, há também a representação da mulher que não deseja ser mãe, seja em determinado momento com a notícia de uma gravidez não planejada, seja permanentemente. Annie Ernaux se viu frustrada ao engravidar quando estava na faculdade, isolando-se então de outras realidades femininas: “Não estava mais no mesmo mundo. Havia as outras garotas, com seus ventres vazios, e eu.” (Ernaux, 2022, p. 18), a autora conta sobre seu medo das consequências das obrigações que ser mãe traria, como o rechaço social que poderia receber ao engravidar jovem, solteira e ainda estudante nos anos 60.

Cursando o ensino superior, a autora representava uma realidade diferente das outras figuras femininas de sua família: “A primeira a fazer um curso superior numa família operária e de pequenos comerciantes, eu tinha escapado da fábrica e do balcão.” (Ernaux, 2022, p. 18). Porém, a percepção de uma gravidez não planejada a aproximou de uma provável interrupção dessa oportunidade: “Mas nem o vestibular nem a graduação em letras puderam alterar a fatalidade da transmissão de uma pobreza da qual a filha grávida era, da mesma forma que o alcoólatra, o emblema. Eu estava ferrada, e o que crescia em mim era, de certa maneira, o fracasso social.” (Ernaux, 2022, p. 18), assim, a autora relaciona diretamente o ideal de fracasso social, feminino e individual com engravidar acidentalmente: “Em *L'événement*, a gravidez indesejada é também associada a uma forma de ‘destino’ de sua classe de origem e de sua entrada no mundo da sexualidade como um castigo que não a deixa escapar do fracasso social próprio à classe dominada.” (Pontes, 2021, p. 64).

A oportunidade de estudar relaciona-se com chances de determinada ascensão social feminina, com a possibilidade de melhores oportunidades de emprego, fugindo de uma mão de obra mal remunerada e possibilitando a ocupação de cargos antes ocupados majoritariamente por homens (Guedes, 2008). Consequentemente, esse plano é tido como interrompido com o nascimento de um filho, com a adição do julgamento social e parental por engravidar solteira, afinal “A maternidade, em particular, só é respeitada na mulher casada; a mãe solteira permanece um objeto de escândalo e o filho é para ela um pesado *handicap*.” (Beauvoir, 1967,

p. 171), além, é claro, da exigência de responsabilidades para a criação de um bebê, e após isso, de uma criança.

Considerando a falta de difusão de métodos contraceptivos na época, diante da gravidez, Ernaux opta por sua interrupção. O aborto, caracterizado como a “Expulsão do feto, involuntária ou provocada, antes que se complete o período de gestação.” (Aborto, 2023), é uma realidade comum para muitas mulheres. O aborto provocado pode acontecer através do procedimento de Interrupção Voluntária da Gravidez/Gestação (IVG), comum mesmo com o cenário de ilegalidade em diversos países (legal apenas em casos pontuais, de acordo com a legislação de cada país), incluindo no da França de 63. Contudo, ao optar pelo aborto, a mulher “[...] está reorganizando sua auto-representação (sic), indo contra os discursos normativos e afirmando sua capacidade de agir em relação a si e seu corpo e, em uma óptica coletiva, limitando o controle do Estado sobre sua vida e as vidas que poderiam vir ao mundo através de si.” (Pontes, p. 35), expressando, assim, a liberdade de poder decidir se será mãe naquele momento ou não.

Santos e Brito (2014) listam como motivações para a interrupção da gravidez a dependência financeira de pais ou familiares que não aceitariam a gravidez, a gestação como um obstáculo na procura por emprego fixo ou um fator determinante para a perda do trabalho caso fosse descoberta, além de dificultar a realização do desejo de iniciar ou terminar um curso superior. Dessa forma, as jornadas duplas e triplas de trabalho são alguns dos desafios enfrentados pelas estudantes de nível superior que são mães, implicando nas dificuldades de permanência e formação, além da manutenção de um bom rendimento acadêmico (Leite; Alves, 2022).

Oliveira, Barbosa e Fernandes (2005) analisaram dados de aborto induzido no Brasil, e como essas informações são reduzidas devido à ilegalidade do aborto no país (salvo em casos de gravidez decorrente de estupro, quando há risco à vida da gestante ou quando há diagnóstico de anencefalia do feto), focou-se em mulheres que buscaram atendimento hospitalar para tratamento de aborto provocado. Dentre os resultados, foi percebido que uma grande parte das mulheres que abortaram eram solteiras, mais jovens, com um bom nível de escolaridade, sem remuneração e que não usavam de métodos contraceptivos modernos.

Essas estimativas são reforçadas por resultados de outra pesquisa que, mesmo com o passar de cerca de uma década, identificaram que “quanto maior a escolaridade, maior o risco de indução do aborto, apontado como uma possibilidade para jovens que descobrem uma gravidez não planejada, pesando sobre a decisão de sua continuidade na escola ou progressão na carreira profissional”. (Sell *et al.*, 2015, p. 506). A amplitude de tempo entre os dados

demonstra a realidade feminina em um contexto de decisão da interrupção da gravidez ilegalmente, Annie Ernaux demonstrava as mesmas preocupações e cenários socioeconômicos dessas jovens brasileiras, mas em uma realidade francesa no ano de 1963.

E embora a legalização do aborto voluntário tenha ocorrido na França na década de 70, a coleta de dados que realmente reflitam a realidade ainda é complicada. A pesquisa de Rossier e Pirus (2007) é um exemplo, focada na evolução do número de abortos ocorridos entre 1976 e 2002, trouxe questionamentos como: “Como explicar que o número de interrupções aumenta nas estatísticas hospitalares ao longo da segunda metade dos anos 90? Trata-se de um aumento real ou de um desaparecimento gradual das fontes de subnotificação de abortos?” (Rossier; Pirus, 2007, p. 66, tradução nossa²), destacando, assim, que ilegal ou não, a interrupção da gravidez ainda sofre de um apagamento social.

Santos e Brito (2014) ressaltam que, além dos fatores econômicos, existem outros que influenciam na decisão do aborto, como os padrões socioculturais e os valores de cada contexto social, que também serão responsáveis por influenciar todo o processo do aborto e em como as mulheres se sentem e são tratadas. As autoras ainda ressaltam que “Na medida em que [as entrevistadas] não desejavam dar continuidade à gravidez, viam-se frustrando expectativas sociais e burlando valores morais adquiridos em sua socialização, os quais nem sempre pretendiam infringir.” (Santos; Brito, 2014, p. 1303). Optar pelo aborto é uma decisão difícil para a mulher e o medo da opinião social é um grande contribuinte. Há a percepção de que “[...] há poucas desgraças mais lamentáveis do que a de uma moça sozinha, sem dinheiro que se vê acuada a um ‘crime’ a fim de apagar a mancha de um ‘erro’ que os seus não perdoariam” (Beauvoir, 1967, p. 252-253). Nesse contexto, o aborto se torna a única possibilidade para muitas mulheres, principalmente para aquelas que não possuem redes de apoio ou um marido:

[...] é anualmente na França o caso de cerca de trezentas mil empregadas, secretárias, estudantes, operárias, camponesas; a maternidade ilegítima é ainda uma tara tão horrível que muitas preferem o suicídio ou o infanticídio à condição de mãe solteira: isso quer dizer que nenhuma penalidade a impediria de "botar para fora o filho" (Beauvoir, 1967, p. 253)

Uma das problemáticas do aborto ilegal é a discrepância do processo entre mulheres de classes altas e baixas. “Disseram às vezes que o aborto era um ‘crime de classe’ e é em grande parte verdade.” (Beauvoir, 1967, p. 251). A mulher burguesa casada ou sustentada, com o auxílio de dinheiro e de relações sociais seria capaz de conseguir uma licença de aborto

² “Comment expliquer que le nombre d’interruptions augmente dans les statistiques hospitalières au cours de la seconde moitié des années 1990 ? S’agit-il d’une augmentation réelle ou d’une disparition progressive des sources de sous-déclaration des avortements ?”

“terapêutico” ou de viajar para um país em que o aborto fosse tolerado (Beauvoir, 1967). Entretanto, a mulher que não tem condições socioeconômicas o suficiente para tal, se contenta com “A falta de competência das ‘fazedoras de anjos’, as condições em que operam, engendram muitos acidentes, por vezes mortais. (Beauvoir, 1967, p. 249). Annie Ernaux ressalta que “[...] mesmo impedidas de abortar, elas encontrariam um jeito de fazê-lo.” (Ernaux, 2022, p. 27). O aborto, então, pode ser visto como a única possibilidade e, mesmo com os perigos trazidos durante o processo ilegal, a interrupção será realizada, como no caso da autora, que acreditava que “Diante de uma carreira destruída, uma agulha de tricô na vagina não pesava muito.” (Ernaux, 2022, p. 27).

2. A fuga feminina de uma realidade frustrada

Buscando suas liberdades, Myriam e Ernaux se encontram diante da percepção de fuga. A fuga feminina pode ser retratada de diversas formas, mas em Myriam é endossada na omissão do papel materno da personagem. Com a exaustão da jornada no lar, Myriam passa a se dedicar quase inteiramente ao trabalho fora do lar, passando as responsabilidades de casa para outra mulher, Louise, a babá. Já Annie Ernaux foge do papel materno com a negação de uma gravidez inicialmente, e após isso, no aborto realizado pela autora, não tendo condições o suficiente para levar a gravidez até o fim e de assumir o papel materno. Reforça-se, então, as diferenças socioeconômicas das protagonistas.

O Acontecimento foi escrito em 1999 por Annie Ernaux e publicado em 2000. Entretanto, a autora narra a descoberta de sua gravidez em novembro de 1963 e o seu aborto induzido em janeiro de 1964: “A experiência da qual ela fala é o aborto clandestino que sofreu em janeiro de 1964, mais de 30 anos antes, antes da legislação sobre a pílula anticoncepcional e antes da lei que legalizou o aborto induzido na França.” (Marra, 2022, p. 25, tradução nossa³).

A interrupção voluntária da gravidez foi descriminalizada na França em 1975, mas somente em 1979 a lei se tornou definitiva, e anteriormente a essas datas, além do aborto ser considerado como um crime, a propaganda anticoncepcional também era proibida (Marra, 2022). Simone Veil, Ministra da Saúde na época, foi a responsável por apresentar a lei que legalizaria o aborto induzido, em seu discurso, alegou que diante de uma mulher decidida a interromper a gravidez, recusando conselhos e suporte, as pessoas a deixam na solidão e na angústia de um ato com as piores condições, tendo risco de ser mutilada para sempre, ao mesmo

³ “L’expérience dont elle parle, c’est l’avortement clandestin qu’elle a subit en janvier 1964, plus de 30 ans auparavant, avant la législation sur la pilule contraceptive et avant la loi qui légalise l’IVG en France.”

tempo em que sabem que essa mesma mulher, tendo dinheiro, poderia se informar e ir a um país vizinho ou em certas clínicas interromper a gravidez, mas sem sofrer penalidades ou correr riscos de vida (França, 1974).

Simone Veil também destaca que "[...] nenhuma mulher recorre de boa vontade ao aborto. Basta escutar as mulheres. É sempre um drama, sempre será um drama." (França, 1974, tradução nossa⁴), demonstrando que a decisão do processo é delicada, em contraste com a opinião social, essa que menospreza a mulher pela decisão: “Ao observarmos o rol de sentimentos desencadeados nas mulheres após a prática do aborto, percebe-se um descompasso na imagem criada pelo senso comum, de que mulheres que praticam a indução são frias e desprovidas de sentimentos.” (Sell *et al.*, 2015, p. 506).

Estando em uma década anterior ao discurso de Veil, Ernaux se encaixava na grande maioria de mulheres que não poderia arcar com os custos de um aborto induzido seguro. Sem recursos econômicos e apoio de pessoas confiáveis, “A protagonista é submetida a várias formas de dominação e discriminação que se entrelaçam e interagem: como mulher; mulher solteira e grávida; ela é pobre; ela pertence à classe trabalhadora.” (Marra, 2022, p. 27, tradução nossa⁵). Ernaux se submete, então, às violências das “fazedoras de anjos”, mesmo com a probabilidade de que se “Brutalmente executado e mal tratado, o aborto, muitas vezes mais penoso do que um parto normal, é seguido de perturbações nervosas podendo ir até à beira do ataque epilético, provoca às vezes graves moléstias internas e pode desencadear uma hemorragia mortal.” (Beauvoir, 1967, p. 254). Ernaux inicialmente acreditava que “Não achava que pudesse morrer por causa disso.” (Ernaux, 2022, p. 20), mas ao decorrer do processo, temeu por sua vida: “Quis me levantar, e só vi fagulhas brilhantes, pensei que fosse morrer de hemorragia. [...] Eu implorava para que ele não me deixasse morrer” (Ernaux, 2022, p. 59)

Em contraposição, *Canção de ninar* foi publicado em 2016, e nele, Myriam representa a imagem da mulher burguesa, uma mulher que se dedica aos filhos quando pode ou quer, participando do mercado de trabalho por escolha e não absolutamente por necessidade, por ter um bom apoio econômico do marido. Ainda, “Myriam [...] representa todas essas mulheres que abandonam seus filhos pra seguir uma carreira profissional em detrimento de sua felicidade e de seu amor materno.” (Mefti; Chih, 2022, p. 966, tradução nossa⁶).

⁴ “[...] aucune femme ne recourt de gaité de cœur à l’avortement. Il suffit d’écouter les femmes. C’est toujours un drame, cela restera toujours un drame.”

⁵ “Dans le cas qui nous occupe, la protagoniste est soumise à plusieurs formes de domination et discrimination qui s’entremêlent et interagissent: en tant que femme; femme non-mariée et enceinte; elle est pauvre; elle appartient à la classe ouvrière.”

⁶ “Myriam [...] représente toute ses femmes qui abandonnent leur progéniture pour faire une carrière professionnelle au détriment de leur bonheur et leur amour maternel.”

No entanto, os Massé representam apenas a pequena burguesia, possuem boas condições se comparados a outros, como Louise, mas ainda invejam quem possui melhores que as deles. Mefti e Chih (2022) relatam que Slimani demonstra nos Massé os pequenos burgueses parisienses que desejam uma vida melhor, que competem com outras famílias, por exemplo, como Myriam invejava a felicidade e a beleza de Emma. A luta de classes e as desigualdades sociais são continuamente representadas no romance, principalmente com as dificuldades financeiras de Louise, a ponto que “Paul e Myriam começam a sentir a presença de Louise em suas vidas como um fardo, ou mesmo uma censura que os impede de usufruir de sua comodidade financeira, pois sabiam que sua babá estava em uma situação financeira difícil.” (Dahy, 2019, p. 35, tradução nossa⁷), mesmo que constantemente a explorassem em troca do alívio das responsabilidades com as crianças e as atividades domésticas.

Bossolan (2014) destaca que o conceito de negligência ainda se encontra em debate, se apresentando como uma violência diferente das outras por não se caracterizar pela ação dos agressores, mas sim pela sua omissão, não havendo consenso também quanto à intencionalidade dos cuidadores; a negligência então pode ocorrer quando os pais, ou responsáveis, não suprem as necessidades básicas e vitais da criança e/ou adolescente, podendo ser no aspecto físico ou emocional. O autor também relata que um aspecto importante a ser analisado nos modelos de família é a sua estrutura, ou seja, quem é considerado como parte dela e os papéis de cada membro, principalmente quanto ao cuidado e educação dos filhos. Surge, então, uma nova problemática que mantém o ciclo de criação e educação de um filho sob responsabilidade de uma mulher: “Para que uma mulher possa trabalhar, necessariamente deve haver outra que trabalhe para ela” (Boudrahem, 2019, p. 22, tradução nossa⁸), tirando então o papel da mãe e o colocando na babá, por exemplo.

No romance de Slimani, a babá passa a participar da estrutura familiar: “E Louise começou a passar a noite lá, uma ou duas vezes por semana. Isso nunca foi abertamente dito, nunca conversaram sobre isso, mas Louise construiu pacientemente seu ninho no meio do apartamento.” (Slimani, 2018, p. 67), sendo em muitos momentos responsável não só pelos cuidados das crianças, mas também pela sua educação e criação quase total: “Quanto mais o tempo passa, mais Louise se sobressai na arte de se tornar, ao mesmo tempo, invisível e indispensável.” (Slimani, 2018, p. 65). Sylvie, mãe de Paul, chegou a acusar Myriam de ter

⁷ “Paul et Myriam commencent à sentir la présence de Louise dans leur vie comme un poids, ou même une censure qui les empêche de jouir de leur aisance financière puis qu’ils savaient que leur nounou était dans une situation financière très difficile.”

⁸ “Pour qu’une femme puisse, travailler il faudrait forcément une autre qui travaille pour elle”

Louise como uma mãe substituta: “Era sua culpa, ela dizia, se as crianças eram insuportáveis, tirânicas, caprichosas. Sua culpa e de Louise, essa babá de araque, essa mãe fajuta em quem Myriam confiava por condescendência, por fraqueza.” (Slimani, 2018, p. 147).

Ao se desculpar com a professora de Mila por ter enviado Louise nas últimas reuniões, Myriam ouviu: “—Se a senhora soubesse! É o mal do século. Todas essas pobres crianças estão abandonadas a si mesmas, enquanto os pais são devorados pela mesma ambição. [...] As crianças nos fazem pagar por sua angústia e seu sentimento de abandono.” (Slimani, 2018, p. 44), destacando a tendência de famílias de classes média, média-alta e alta de usarem das babás na criação dos filhos, muitas vezes em condição de exploração, como no caso do romance, diminuindo as jornadas duplas de trabalho da mãe. Al Jarrah (2020) afirma que Louise faz mais trabalho do que o necessário, para satisfazer seus empregadores, a personagem vivia em extrema pobreza e ao receber certos “luxos” dos Massé, a babá não queria deixá-los quando não fosse mais necessária. É com esses luxos, como por exemplo ser levada à Grécia pelos Massé, que Dahy (2019) afirma que ao tentarem bancar o papel de bons burgueses e se livrar da culpa de terem se aproveitado de Louise, Myriam e Paul tentam apagar também os espaços que os separam da babá.

É a partir das exigências trabalhistas para a mulher que a “negligência”, a omissão na criação dos filhos, de Myriam se inicia:

Pascal explora Myriam ao máximo, esquecendo-se de que ela é uma mãe, responsável pelos filhos. [...] Na verdade, Myriam, como qualquer mulher trabalhadora, é enfraquecida por um sentimento de culpa, mas o medo de perder o emprego e a intolerância de seu empregador à menor negligência a obrigam a fechar os olhos para muitas coisas. [...] Ela nada sabe da vida privada da babá a quem confiou seus filhos. Submissa ao patrão, ela mesma exerce seu papel de patroa diante de Louise. (Al Jarrah, 2020, p. 5, tradução nossa⁹)

As altas expectativas e exigências de Pascal resultam na omissão de Myriam, somando também com o fato de que Louise parece ser perfeita, fazendo com excelência tudo que lhe é exigido, “Myriam negligencia seus filhos, ela confiou toda a responsabilidade de sua educação à babá. Por outro lado, [...] [Louise] desempenha o papel de uma mãe perfeita.” (Al Jarrah, 2020, p. 4, tradução nossa¹⁰). Ao ignorar as responsabilidades em casa, “Myriam não telefona

⁹ “Pascal exploite Myriam au maximum, en oubliant que celle-ci est une mère, responsable de ses enfants. [...] En fait, Myriam, comme toute femme travailleuse est bien fragilisée par un sentiment de culpabilité, mais la peur de perdre son travail, et l’intolérance de son employeur face à la moindre négligence l’obligent à fermer les yeux sur beaucoup de choses. [...] Elle ne sait rien de la vie privée de la nounou à qui elle a confié ses enfants. Soumise à son employeur, elle-même exerce son rôle d’employeur face à Louise.”

¹⁰ “Myriam néglige ses enfants, elle a confié toute la responsabilité de leur éducation à la nounou. En revanche, [...] [Louise] joue le rôle d’une mère parfaite.”

mais para avisar que vai se atrasar e Mila não pergunta mais quando mamãe voltará. Louise está lá, levando pela mão esse edifício frágil. Myriam aceita esses cuidados. A cada dia deixa mais tarefas a uma grata Louise.” (Slimani, 2018, p. 65), cria-se então um sentimento de dependência da babá, que está sempre à disposição da família: “Myriam se ressent de ter perdido a tarde de trabalho. [...] O aniversário da filha a angustia. [...] Myriam se esconde no quarto, fecha a porta e faz de conta que está absorvida pela leitura de e-mails. Sabe que, como sempre, pode contar com Louise.” (Slimani, 2018, p. 51-52).

Simone de Beauvoir (1967, p. 247) alegava que “[...] o nascimento de um filho obriga [as mulheres] a confinarem-se em seu papel de matrona; é atualmente muito difícil conciliar trabalho com maternidade.”, então, é na dificuldade dessa conciliação entre o trabalho e a casa e contando com o apoio ilimitado de Louise que Myriam se afasta de algumas das responsabilidades maternas em troca de seu crescimento profissional: “O apartamento da família testemunha a maneira pela qual uma mãe se desenraiza da sua maternidade para seguir seu desejo. Ela passa noites inteiras no escritório como se ela não tivesse família.” (Mefti; Chih, 2022, p. 968-969, tradução nossa¹¹)

Entretanto, mesmo que Louise muitas vezes exerça o papel de mãe das crianças na ausência de Myriam, a mãe continua sendo responsável pelas situações que os filhos se encontravam, sendo julgada por externos e por si mesma, principalmente após os assassinatos das crianças pela babá, afinal, “A mãe é, na maioria das vezes, a única acusada de todas as fontes de desgraça para seu bebê, por falta de experiência ou autonomia.” (Boudrahem, 2019, p. 28, tradução nossa¹²). Em contrapartida, o pai não é responsabilizado pelo que ocorre com os filhos. Paul muitas vezes negligenciou o seu papel, não se importando com as consequências de sua omissão com as crianças, e também não sendo julgado externamente por isso:

Nos meses que seguiram o nascimento de Adam, ele começou a evitar sua casa. Inventava compromissos e bebia cerveja, sozinho, escondido, em um bairro longe do seu. [...] Por alguns meses, Paul se tornou infantil, irresponsável, ridículo. Cultivou segredos e vontade de fugir. [...] Tudo o que ele queria era não voltar para casa, ser livre, ele que tinha vivido tão pouco e que se dava conta disso tarde demais. O papel de pai parecia ao mesmo tempo grande e muito triste. (Slimani, 2018, p. 136-137)

Em contraste com ser responsável por duas crianças, Annie Ernaux acreditava que não engravidaria, mesmo tendo usado de poucos dos limitados recursos contraceptivos da época:

¹¹ “L'appartement familial témoigne la manière par laquelle une mère est déracinée de sa maternité pour suivre son désir. Elle passe des nuits entières au bureau comme si elle n'a pas de famille.”

¹² “La maman se trouve le plus souvent la seule accusée de toutes sources de malheur pour son bébé, par manque d'expérience ou d'autonomie.”

“[...] eu tinha transado várias vezes com P. [...]. Sabia estar num período de risco segundo a tabelinha, mas não acreditava que aquilo poderia ‘pegar’ no meu ventre.” (Ernaux, 2022, p. 13). A partir do momento em que descobriu a gravidez, a autora se recusou a aceitar: “[...] aos 23 anos, rasguei o atestado de gravidez.” (Ernaux, 2022, p. 15), essa atitude se reflete em grande parte de relatos de mulheres que interromperam a gravidez: “A negação da gravidez, presente de maneira significativa nos relatos, revelou-se como principal motivador à vivência de sentimentos negativos, os quais surgiram desde a suspeita e permaneceram até a comprovação do estado gravídico.” (Santos; Brito, 2014, p. 1302).

A negação também se apresenta em postergar a procura de exames: “A angústia em torno dessa confirmação fez as entrevistadas protelarem a busca por exames confirmatórios ou mesmo adiarem o recebimento de seu resultado.” (Santos; Brito, 2014, p. 1302). No caso de Ernaux, a autora também postergou a realização do exame de gravidez, esperançosa de que ainda menstruaría: “No fim de outubro, parei de acreditar que [minha menstruação] poderia descer. Marquei uma consulta com um ginecologista, o dr. N., para o dia 8 de novembro.” (Ernaux, 2022, p. 11).

Após a confirmação da gravidez, Annie relata que: “Para pensar minha situação, eu nunca empregava os termos que a designam, nem ‘estou esperando um filho’, nem ‘grávida’, muito menos ‘gravidez’, que rima com ‘estupidez’.” (Ernaux, 2022, p. 18), assim, associa a ideia de engravidar acidentalmente com estupidez, destacando também a falta de apoio com a escolha de abortar ilegalmente:

Moças como eu estragavam o dia dos médicos. [...] Eles não ousavam dizer a verdade, que não iam pôr tudo a perder por causa dos belos olhos de uma mocinha estúpida o bastante para se deixar engravidar. A menos que eles preferissem sinceramente morrer a infringir uma lei que deixava as mulheres morrerem. (Ernaux, 2022, p. 32)

Santos e Brito (2014) destacam que as entrevistadas revelaram um sentimento de culpa, se sentindo responsáveis pela gravidez indesejada, eximindo o papel e a participação dos homens. Esse fator também é revelado por Annie, que, além de alegar que se deixou engravidar, também não quis que P. participasse da sua decisão sobre o aborto: “Escrevi para P. dizendo que estava grávida e que não queria o filho. Tínhamos nos despedido sem certezas sobre a nossa relação, [...]” (Ernaux, 2022, p. 14). O não uso de termos associados à maternidade é relacionado com o receio de enfrentar a realidade da gestação não planejada, por requerer uma tomada de decisão sobre o desfecho da situação (Santos; Brito, 2014). Para Ernaux, os termos “[...] implicavam a aceitação de um futuro que não se realizaria. Não valia a pena dar um nome

para algo ao qual eu tinha decidido dar um fim. Na agenda, escrevia: ‘isso’, ‘essa coisa’, uma única vez ‘grávida’.” (Ernaux, 2022, p. 18), destaca-se assim o desejo de fugir do estado gravídico.

Gaillard (2006) destaca a violência presente em atestar a gravidez indesejada, é nesse momento que o pensamento se encontra paralisado, perigoso à medida que se apresenta à potencialidade de ter um filho. O pensamento de Ernaux também é paralisado, representado pelo tempo que deixou de correr: “O TEMPO DEIXOU DE SER UMA SEQUÊNCIA insensível de dias a serem preenchidos com aulas e apresentações, [...] convergindo para os exames e as férias de verão, para o futuro. Tornou-se uma coisa sem forma que avançava dentro de mim e era preciso destruir a todo custo.” (Ernaux, 2022, p. 18), há uma obsessão pelo estado de gravidez indesejada ser resolvido. É nesse momento também que existe a reflexão de que futuro tomar: ser mãe ou não.

O processo para a decisão da interrupção da gravidez é complicado, principalmente com a falta de apoio de terceiros na decisão, essencialmente de médicos, e devido às condições econômicas da mulher para o processo: “Sem dinheiro e sem contatos — senão não teriam ido parar no consultório deles às cegas —, elas os obrigavam a se lembrar da lei que podia enviá-los à prisão e proibi-los de exercer a profissão para sempre.” (Ernaux, 2022, p. 32), fatores determinantes também para a mulher escolher esconder a gravidez: “[...] mulheres de camadas populares mantêm a gravidez em segredo e vivenciam um itinerário abortivo mais sinuoso, com momentos de hesitação, recorrendo a inúmeros métodos inseguros para interromper a gravidez, realidade oposta à daquelas inseridas na classe média da sociedade.” (Santos; Brito, 2014, p. 1303). Ernaux (2022) alegava que sentia abandonada pelo mundo.

3. A dor nas imagens da violência e da culpa

Mesmo diante de situações de tentativas de fuga, as protagonistas ainda são condicionadas a situações de extrema violência e solidão. Myriam se encontra diante do filho assassinado pela babá e da filha que ainda resistia quando o socorro chegou, mas que não iria sobreviver. Ernaux vivenciou como uma das consequências do aborto ilegal uma hemorragia que quase a matou e que, além disso, levou-a a ser julgada e violentada obstetricamente. Embora vítimas de circunstâncias externas, experimentando do trauma e da dor provindos da brutalidade a que foram expostas, as duas mulheres ainda são regadas por diferentes tipos de culpa.

Nunes, Madeiro e Diniz (2013) entrevistaram trinta adolescentes internadas em dois hospitais públicos em Teresina (Piauí), após curetagem uterina por aborto. Durante os relatos, três das adolescentes falaram sobre complicações graves após o procedimento, principalmente

por problemas de assistência pós-aborto. Uma das adolescentes entrevistadas, aos 15 anos passou por três curetagens uterinas sem anestesia e, ao questionar a motivação da falta da anestesia, foi respondida de que seu caso “não merecia” o procedimento, sendo após isso diagnosticada com perfuração uterina e infecção. Os autores afirmam que “Essas complicações indicam a má prática na assistência em saúde fornecida a muitas dessas mulheres.” (Nunes; Madeiro; Diniz, 2013, p. 2317), evidenciando a presença da violência obstétrica em jovens que induziram o aborto.

Assim como a adolescente entrevistada, Ernaux também passou por momentos de violência, como abusos morais e físicos. Sua primeira experiência foi de abuso moral após expelir o feto, a decorrência de uma hemorragia no cordão umbilical após o corte a obrigou a procurar ajuda: “Com a entrada em cena do médico, começa a segunda parte da noite. De experiência pura da vida e da morte, ela se tornou exposição e julgamento. Ele sentou na minha cama e me segurou pelo queixo: ‘Por que você fez isso? Como você fez isso, responda!’.” (Ernaux, 2022, p. 59). Além do abuso verbal sofrido, a autora também foi coagida pelo médico a procurar outra ajuda externa sem poder escolher uma forma de atendimento que preferisse, tendo que recorrer a um hospital, além de ser obrigada a jurar que não interromperia outra gravidez:

“Olhe para mim! Jure que nunca mais fará isso! Nunca!” Por causa de seus olhos loucos, acreditei que fosse capaz de me deixar morrer se eu não jurasse. Ele pegou seu receituário, “você vai ao hospital Hôtel-Dieu”. Eu disse que preferia ir a uma clínica. De modo firme, ele repetiu “ao Hôtel-Dieu”, deixando claro que o único lugar para uma garota como eu era o hospital. Disse que eu tinha de pagar a visita. Eu não conseguia me levantar, ele abriu a gaveta da minha escrivaninha e pegou o dinheiro na minha carteira. (Ernaux, 2022, p. 59)

O novo local foi responsável pelos seus próximos momentos de terror em uma situação de sensibilidade quanto à sua saúde. Mais uma vez, a autora foi submetida à violência verbal, e agora também física, por outro médico, mas também homem: “Implorei ao jovem cirurgião para me dizer o que ele ia fazer. Ele se posicionou de frente para minhas coxas abertas, gritando: ‘Eu não sou o encanador’.” (Ernaux, 2022, p. 61), após acordar do procedimento de curetagem, a autora alega que “Eu tinha um sexo exposto, rasgado, um ventre raspado, aberto para o exterior. Um corpo parecido com o de minha mãe.” (Ernaux 2022, p. 62), esclarecendo a transformação que seu corpo sofreu, destaca também que após os dias internada no hospital, “[...] liguei para o dr. N. para lhe dizer que tinha acabado tudo. Ele me aconselhou a tomar penicilina de novo — não tinham me dado nenhum remédio no hospital.” (Ernaux, 2022, p. 65), demonstrando, por fim, a negligência da equipe hospitalar, que falhou em fornecer

orientações e apoio de como proceder após a curetagem, tendo a autora então que recorrer a outro médico externo que a examinou após a ligação.

Em contrapartida de presenciar a violência contra seu próprio corpo, Myriam viu a violência contra os corpos de seus filhos. Alarcão, Carvalho e Pelloso (2008) entrevistaram sete mães que perderam seus filhos assassinados em circunstâncias violentas, em diferentes anos. Nos relatos da pesquisa, as mães revelaram que diante da constante ligação, do vínculo de amor, com o filho que morreu, são gerados elevados níveis de angústia. As autoras ainda revelaram que um dos fatores que complicam o processo de experiência da perda de um filho assassinado é a violência física encontrada em seu corpo, violência que gerou nas mães revolta e desespero. No estudo, foram abordados homicídios por asfixia, por uso de arma de fogo, por uso de arma branca e ainda agressões contra a vítima, como estupro, foram “mortes violentas que persistem na lembrança de cada mãe como ‘uma morte não digna’, aumentando a dor a cada momento e fazendo-a imaginar os instantes de sofrimento de seu filho ao morrer clamando por ajuda.” (Alarcão; Carvalho; Pelloso, 2008, p. 4).

No caso de Myriam, houve violência no corpo de Mila. Sua filha mais velha “Resistiu como uma fera. Encontraram marcas de luta, pedaços de pele sob as unhas molinhas. [...] Sua garganta estava cheia de sangue. Os pulmões estavam perfurados e a cabeça tinha batido com violência contra a cômoda azul. [...] No chão, o tapete de princesa estava empapado de sangue.” (Slimani, 2008, p. 8). Mila foi vítima de uma faca de sushi e a violência dos assassinatos contribuiu para o desespero da mãe. Embora Mila ainda estivesse viva quando o socorro chegou e apenas Adam estivesse morto, com a asseguuração de que não havia sofrido, o cenário foi suficiente para levar a mãe a um estado de choque:

A mãe estava em choque. Foi o que disseram os bombeiros, o que repetiram os policiais, o que escreveram os jornalistas. Ao entrar no quarto onde jaziam os filhos, ela soltou um grito, um grito das profundezas, um uivo de loba. As paredes tremeram. [...] Ela vomitou e a polícia a descobriu assim, com a roupa suja, agachada no quarto, soluçando como uma desvairada. Ela uivou até arrebentar os pulmões. (Slimani, 2018, p. 8-9)

Alarcão, Carvalho e Pelloso (2008) abordam como o estado do corpo assassinado pode ter influência na memória das mães, que revelaram as lembranças como insuportáveis. Dessa forma, existe a elaboração da ideia de “[...] uma mumificação da memória materna, que conduz as mães ao desespero e a uma situação insustentável, mas também significa a preservação viva de um vínculo saudável com seu filho.” (Alarcão; Carvalho; Pelloso, 2008, p. 4). No dia do acontecimento, Myriam saiu mais cedo do trabalho e planejava passar um tempo com as crianças, desejando momentos que não poderiam mais acontecer ao constatar a morte dos filhos:

“Pensava em levá-los ao carrossel. Eles iriam juntos fazer as compras para o jantar. Mila pediria um brinquedo, Adam chuparia uma casquinha de pão sentado no carrinho. Adam está morto. Mila não vai resistir.” (Slimani, 2018, p. 10-11), assim, “Esta mumificação parece não significar negação da morte ou esperança de retorno do filho assassinado, e sim, demonstrar uma profunda ligação afetiva e desejo de justiça.” (Alarcão; Carvalho; Pelloso, 2008, p. 4).

As condições sociais da família também são um fator determinante para o tratamento investigativo quanto ao caso de assassinato, afinal, “Algumas tragédias não escolhem classes sociais, mas o status conta muito quando se trata de reivindicar e garantir direitos.” (Alarcão; Carvalho; Pelloso, 2008, p. 6). Esse fator é percebido no romance de Leïla Slimani, com a ampla investigação das motivações por trás do crime enquanto Louise estava em coma após a tentativa de suicídio pós-homicídios.

É no julgamento dos crimes que a acusação da mãe como a responsável pelo que acontece com os filhos se reinicia. Rosé Grinberg, vizinha dos Massé e testemunha, expressou sua revolta com a responsabilização de Myriam na investigação pela morte das crianças: “Ela quase insultou a advogada no tribunal. [...] a advogada falou de Myriam como uma ‘mãe ausente’, como uma ‘empregadora abusiva’. Ela a descreveu como uma mulher cega de ambição, egoísta e indiferente, a ponto de ter levado Louise a seu limite.” (Slimani, 2018, p. 93-94). Freitas e Michel (2014) alegam que a mãe aparece como responsável por proteger os filhos em nossa sociedade, e quando esse filho morre, a mãe pode se responsabilizar pelo ocorrido, mesmo que esse sentimento se encontre em oposição ao que ela entende como racional, assim, mesmo que a mãe racionalmente entenda que não havia como ajudar os filhos a escaparem da morte, existe o sentimento de culpa que lhe traz sofrimento.

No caso de Myriam, a culpa sentida pela personagem até mesmo antecede a perda dos filhos, iniciando nos momentos de negligência da mãe. Dessa forma, a protagonista não lida apenas com a dor da perda dos filhos, mas também com a dor da perda na criação deles, então, “Ela tenta não pensar nas crianças, não se deixar roer pela culpa. Às vezes chega a imaginar que todos se uniram contra ela. Sua sogra tenta persuadi-la de que ‘se Mila fica doente com tanta frequência, é porque se sente sozinha’.” (Slimani, 2018, p. 43-44).

Acerca dos comportamentos agressivos e obsessivos de Louise, Myriam acreditava que também eram sua culpa: “E depois Myriam volta as acusações contra si própria. Sou eu, ela pensa, que fico fora tempo demais. Essa era sua maneira de me dizer que sou perdulária, leviana, insolente.” (Slimani, 2018, p. 195), assim, como a mãe seria a culpada por tudo que acontece com os seus filhos, isso também ocorreria durante a sua ausência. Ausência muitas vezes regada de melancolia e de solidão para Myriam, afinal, “Ela se apega [...] a essas fotografias, que tira

às centenas e que olha nos momentos de melancolia. No metrô, entre duas reuniões, às vezes até durante um jantar ela segura furtivamente, entre os dedos, um retrato de seus filhos.” (Slimani, 2018, p. 246). Existe uma solidão na culpa pela omissão, embora Myriam tenha uma rede de apoio como o marido, a babá e os pais de Paul, o julgamento e as acusações a oprimem: “Seus colegas nunca a convidam para beber alguma coisa depois do trabalho e se espantam pelas noites que ela passa no escritório. ‘Mas você não tem filhos?’.” (Slimani, 2018, p. 44).

Pesquisando acerca do luto materno, Freitas e Michel (2014) entrevistaram três mães que perderam um filho, não levando em consideração na escolha das entrevistadas o tipo de morte ou o tempo da perda. Nos relatos, as mães vivenciaram a perda do filho como a perda de uma parte de si, como uma amputação de um membro do corpo, e em adição à dor, um sentimento presente nessas mães era a culpa, além da ideia da perda do futuro com os filhos. Os autores também perceberam que “Com a supressão do outro, há uma perda de sentido do mundo-da-vida com exigência de nova significação.” (Freitas; Michel, 2014, p. 274), demonstrando, nesse sentido, a confusão na identidade da mãe: “Se podemos afirmar que ao nascer um filho nasce uma mãe, o que dizer quando uma mãe perde seu filho? [...] será possível afirmar que, simbolicamente, há a morte de uma mãe quando morre seu filho?” Freitas; Michel, 2014, p. 277). Dessa forma, há a criação da imagem de um “assassinato materno”, em que, quando um filho morre, uma parte de sua mãe também morre: “Para essas mães, não são apenas seus filhos que morreram, mas também morreu o modo de existir que se mostrava apenas na relação com eles. [...] elas se sentem como se uma parte delas tivesse morrido junto com eles.” (Freitas; Michel, 2014, p. 277).

A identidade feminina também é constantemente colocada em prova durante o processo da interrupção da gravidez. Durante a expulsão do feto, Ernaux chega a se comparar a um animal, narrando “Vi um bonequinho pender de meu sexo na ponta de um cordão avermelhado. Eu não tinha imaginado ter aquilo dentro de mim. [...] Peguei com uma mão — era estranhamente pesado — e avancei no corredor apertando-o entre minhas coxas. Eu era um animal.” (Ernaux, 2022, p. 57). Pontes (2021) afirma que essa animalização se relaciona diretamente com a clandestinidade do aborto induzido, realizado através da inserção de uma sonda e também com a origem social da autora, que a impedia de realizar um procedimento mais seguro por ser mais custoso.

É na morte do feto que há questionamentos da identidade da mulher, há uma percepção de que “Uma mulher mata o maternal que há nela ao matar o feto em seu ventre” (Gaillard,

2006, p. 75, tradução nossa¹³). Ernaux, então, também experencia a noção do “assassinato materno”. Durante o início do procedimento, alegou que: “Tenho a impressão de que aquela mulher em plena atividade entre minhas pernas, que introduz o espécuro, me faz nascer. Eu matei minha mãe em mim naquele momento.” (Ernaux, 2022, p. 48-49). Essa percepção é reforçada por ela quando estava internada no hospital após a curetagem, enquanto pensava que “Não havia nenhum berço no meu quarto, mas eu também tinha dado à luz. Não me sentia diferente das mulheres da sala vizinha. Tinha a impressão, inclusive, de que eu sabia mais do que elas por causa dessa ausência. [...] eu tinha parido uma vida e uma morte ao mesmo tempo.” (Ernaux, 2022, p. 65). Com isso, há uma troca de lugares entre a mãe e o feto: “[...] eu mato a criança dentro de mim, eu mato a mãe em mim. Inversão caótica de lugares (Quem é a mãe, quem é a criança?)” (Gaillard, 2006, p. 76, tradução nossa¹⁴). Ao mesmo tempo em que uma parte de si morre, Ernaux também experimenta uma espécie de renascer, dessa forma, “O aborto é, em sua obra, um momento de morte e renascimento [...] posição dupla ocupada também por sua escrita, cuja realização é ao mesmo tempo dissolução.” (Pontes, 2021, p. 144).

Pontes (2021, p. 144) assegura que “Por mais que classifique o acontecimento como ‘indizível’, Ernaux o torna pouco a pouco comunicável, ao longo da narrativa e por suas estratégias metatextuais.”. Nesse contexto, Ernaux garante a narrativa do acontecimento consigo mesma como uma narrativa também coletiva. Gaillard (2006) ainda afirma que Ernaux, a partir da culpa que sentia, procurou transformar a experiência do aborto em algo “inteligível e geral” para o outro através da escrita, e é a partir dessa escrita que existe uma ideia de devolução da violência sofrida pela autora ao outro. Para Sell *et al.* (2015, p. 506), “A culpa [...] leva-nos a inferir que a prática do aborto requer atenção ao estado emocional das mulheres, comumente pouco valorizado. Sabe-se que a maioria delas omite a indução e fica, dessa maneira, subjulgada (sic) e negligenciada em suas reais necessidades.”, reforçando ainda a falha no apoio psicológico e emocional das mulheres que interrompem a gravidez.

Os sentimentos trazidos com o desejo da interrupção da gravidez são diversos, dentre eles podem existir a culpa, o medo de morrer, o medo de ser castigada por Deus, o pesar, o remorso, o arrependimento, a dor fisiológica e a dor existencial, o medo de ser culpabilizada pela interrupção por outras pessoas e também a vergonha (Sell *et al.*, 2015). Com a interrupção, Ernaux também experimenta os sentimentos de culpa e de arrependimento, entretanto, esses

¹³ "Une femme tue le maternel en elle en tuant le fœtus dans sa matrice"

¹⁴ "[...] je tue l'enfant au-dedans de moi, je tue la mère en moi. Renversement chaotique des places (Qui est la mère, qui est l'enfant ?)"

sentimentos são presenciados por outro motivo, e não pela escolha do aborto em si. É com a escrita do trauma que a autora alega que “Eliminei a única culpa que senti a respeito desse acontecimento — que ele tenha acontecido comigo e que eu não tenha feito nada dele. Como um dom recebido e desperdiçado.” (Ernaux, 2022, p. 70). Pontes (2021) analisa que a escrita de Ernaux não advém do remorso e do arrependimento, mas sim do desejo de se criar a partir da experiência vivida por ela. Além disso, Pontes (2021) afirma que, quando a autora não reconheceu o seu estado de gravidez como um estado de uma mãe que estava esperando por um filho, há a produção de um incômodo moral, somado com a oposição da ideia - que é tida como universal - de que toda mulher deseja se tornar mãe enquanto jovem.

A solidão feminina é representada por Ernaux durante toda a experiência, desde as idas a médicos no início e na busca solitária por meios de interromper a gravidez, até a falta de suporte na colocação da sonda e nos dias internada, posteriores à expulsão do feto. Ernaux também se sentia sozinha ao não ter muitas mulheres com quem pudesse compartilhar a experiência. Pontes (2021) alega que, quando Ernaux fala que as mulheres que praticaram a interrupção da gravidez se calam e não se mobilizam, é feito um questionamento, um chamado. Confirmando a solidão e exclusão da grávida pobre e solteira, Gaillard (2006, p. 83, tradução nossa¹⁵), afirma que “O relato de Annie Ernaux permite compreender finamente como a solidão em que se desenrolam essas experiências (de trauma e de vivência transgressiva) potencializa a exclusão.”. No hospital, a autora-narradora alegava que: “Eu estava sozinha no quarto, vestida com a camisola do hospital. Escutei choros de bebê. Meu ventre era uma concavidade flácida.” (Ernaux, 2022, p. 62). A solidão da autora também é relacionada ao feto que deixou de existir dentro dela, mesmo que anteriormente não o nominasse propriamente, chamando-o de nomes como “bonequinho” e “boneca indiana”. Dessa forma, “As diferentes nomeações sugerem a busca da autora-narradora por nomear aquilo que, mesmo tão pequeno, lhe causara todo esse sofrimento, sendo o feto abortado a representação metonímica de toda a experiência traumática.” (Pontes, 2021, p. 145), um feto sem identidade, mas que representou as suas dores.

Considerações finais

Mesmo com o avanço social e com as mudanças nos valores, a mulher continua sendo responsável por grande parte das demandas da maternidade e dos afazeres domésticos em sociedades patriarcais, mas agora somados com exigências trabalhistas que potencializam suas

¹⁵ “Le récit d’Annie Ernaux permet d’entendre finement combien la solitude, dans laquelle se déroulent ces expériences (de traumatisme et de vécu transgressif) potentialise l’exclusion.”

jornadas em duplas e até mesmo triplas. E, embora a mulher possa decidir se será mãe ou não, diante de uma gravidez indesejada, a ilegalidade do aborto em muitos países torna-se um empecilho para a interrupção voluntária da gravidez.

Diante desses fatores, o peso de ser mãe se torna ainda maior. Com jornadas duplas e triplas de trabalho, a mãe pode se distanciar do lar e da criação dos filhos e, mesmo que se sinta culpada por isso, será tida como a responsável por todas as mínimas falhas na criação dos filhos e, em extremos casos, por todas as violências que eles pudessem vir a passar, como o caso de Myriam. Com uma gravidez não planejada, a mulher que decide abortar será responsabilizada por todas as violências que o próprio corpo possa vir a sofrer, sendo um alvo maior quando se é uma mulher pobre e solteira, sem recursos e apoio para realizar o procedimento de forma mais segura, como o caso de Ernaux.

Por ser mulher, Myriam recebeu inúmeras pressões sociais e, por ser mãe, ainda mais. Dos próprios membros da sua família e pelas pessoas ao seu redor, Myriam estava constantemente sendo cobrada de coisas que muitas vezes não poderia ser responsável. Por ser mulher, Myriam foi tida como culpada ao perder o contato diário e parte da criação dos filhos, tendo a sua dor menosprezada e deixada de lado. Por ser mãe, Myriam foi culpada externamente e internamente pelos assassinatos dos filhos, sem o direito de vivenciar os últimos momentos que sonhou e planejou naquele mesmo fatídico dia, em um ciclo de dor em que se afundou por sua “negligência” materna.

Por ser mulher, Ernaux foi exposta à violação de seu corpo. Ernaux foi violentada obstetricamente por profissionais que por ética e compromisso com o próprio trabalho não poderiam avançar limites que não fossem os cuidados com sua vida e saúde, demonstrando, assim, a facilitação para o abuso de corpos femininos em todos os ambientes, principalmente em situações de vulnerabilidade. Por estar grávida, os desejos de Ernaux foram menosprezados, a autora foi condicionada à continuidade da gravidez por indução dos médicos que consultou e que recusaram a interrupção e também pelo cenário ilegal da época. Por ser mulher e solteira, por medo do rechaço social, Ernaux foi exposta aos perigos do aborto ilegal e inseguro.

As narrativas das duas protagonistas permitem uma abordagem de compartilhamento feminino. As obras apresentam temáticas violentas que são difíceis de digerir, mas que são vivenciadas diariamente por outras mulheres. O trabalho objetivou demonstrar essas semelhanças em realidades femininas, mesmo que os contextos sócio-históricos sejam diferentes. A solidão que as protagonistas sentiram se alia à de muitas mulheres, como a das entrevistadas e também a de outras figuras femininas que são mães ou que um dia quase foram.

Ou ainda a de meninas, jovens e mulheres que nunca sequer engravidaram, mas que já foram expostas a situações de violência apenas por causa do seu sexo.

A maior dificuldade na pesquisa foi ler e reler os relatos das entrevistadas. Revolta, desespero, tristeza, empatia, horror, raiva e frustração foram sentimentos constantes. Nenhuma escrita seria capaz de expor fielmente as dores das mães que perderam os filhos e nem as violências nas jovens que abortaram ilegalmente. Independentemente dos anos em que as entrevistas ocorreram, a exclusão e o apagamento das experiências femininas persistiram. A brutalidade e a crueldade contra a mulher permanecem vivas, são dolorosas de se ler e são dolorosas de se sentir, mas permanecem.

Referências bibliográficas

ABORTO. DLP, *Dicionário da língua portuguesa*. Academia de Letras, 2023. Disponível em: <<http://servbib.academia.org.br/dlp/verbete.xhtml?entrada=aborto>>.

ALARCÃO, A. C. J.; CARVALHO, M. D. de B.; PELLOSO, S. M. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, Universidade de São Paulo, 16 (3), mai.-jun., 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/JYbmHvhHc3jkDgm6bdjCjgp/>>.

AL JARRAH, S. Chanson douce dans un monde atroce. *BAU Journal - Society, Culture and Human Behavior*, Líbano, v. 2, n. 1, art. 11, ago, 2020. Disponível em: <<https://digitalcommons.bau.edu.lb/schbjournal/vol2/iss1/11/>>.

BARBOSA, P.Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pc/a/X3dyWtRFFFfy8wnyZMgzgYd>>.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo I: Fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo II: A experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BORSA, J. C.; FEIL, C. F. *O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão*, 2008. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419>.

BOSSOLAN, R. P. *História de vida, concepções sobre a família, maternidade e práticas parentais de mães atendidas pelo judiciário por denúncia de negligência materna*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, p. 120, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115905>>.

BOUDRAHEM. M. I. *Maternité et Modernité dans Chanson douce de Leila Slimani*. Dissertação (Mestrado) - Littérature et civilisation, Université 8 mai 1945 Guelma, Argélia, p. 63, 2019. Disponível em: <<https://dspace.univ-guelma.dz/jspui/handle/123456789/4275>>.

DAHY, H. Y. The conflict of social classes in the modern French society in Sweet Song of Léila Slimani. *Adab Al-Rafidayn Journal*, Iraque, v. 49, n. 76, p.25-42, 2019. Disponível em: <<https://www.iasj.net/iasj/article/203349>>.

ERNAUX, A. *O acontecimento*. Tradução: Isadora Pontes. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2022.

FIORIN, P. C.; OLIVEIRA, C. T. de; DIAS, A. C. G. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 15, n. 1, p. 25-35, jun, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2030/203035764005.pdf>>.

FRANÇA. Ministra da Saúde (1974-1979: Simone Veil). *Discurso de apresentação do projeto de lei sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez à Assembleia Nacional*. Paris, 26 nov. 1974. Disponível em: <<https://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/grands-discours-parlementaires/simone-veil-26-novembre-1974>>.

FREITAS, J. L. de; MICHEL, L. H. F. A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 19, n. 2, p. 273-283, abr.-jun., 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/kVYCVNL5nFcJmXDkw6rrcqj/>>.

GAILLARD, G. Traumatiste, solitude et auto-engedrement. Annie Ernaux : L'événement. *Filligrane*, Québec, v. 15, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://www.erudit.org/en/journals/fili/2006-v15-n1-fili1290/013530ar/>>.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/>>.

LEITE, A. C. F.; ALVES, F. C. Trabalho, maternidade e permanência no Ensino Superior. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801>>.

MARRA, M. G. *Maternité, entre droit d'être mère et droit de ne pas l'être : un parcours à travers l'étude de certains romans contemporains français, italiens et de langue anglaise*. Faculté de philosophie, arts et lettres, Université catholique de Louvain, 2022. Disponível em: <<https://dial.uclouvain.be/downloader/downloader.php>>.

MEFTI, M.; CHIH, Z. L'espace féminin comme vecteur de rejet dans *Chanson douce* de Leïla Slimani. *Dirassat Journal*, Argélia, v. 11, n. 1, p. 958-970, mai. 2022. Disponível em: <<https://www.asjp.cerist.dz/en/downArticle/332/11/1/188576>>.

NUNES, M. das D.; MADEIRO, A.; DINIZ, D. Histórias de aborto provocado entre adolescentes em Teresina, Piauí, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (8), p. 2311-2318, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/pWdDDHX4NBwXN7Vj3MdXCBG/>>.

OLIVEIRA, M. S. de; BARBOSA, I. C. F. J.; FERNANDES, A. F. C. Razões e sentimentos de mulheres que vivenciaram a prática do aborto. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 23-30, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3240/324027952004.pdf>>.

PONTES, I. de A. *Narrativas do aborto: corpos, memória e transmissão*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 265, 2021. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/22295>>.

ROSSIER, C.; PIRUS, C. Évolution du nombre d'interruptions de grossesse en France entre 1976 et 2002. *Population*, v. 62, p. 57-90, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-population-2007-1-page-57.htm>>.

SANTOS, D. L. A. dos; BRITO, R. S. de. Processo decisório do aborto provocado: vivência de mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 24 (4), p. 1293-1313, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/FHK3yNQNprjRcFQdqX635wt>>.

SELL, S. E.; SANTOS, E. K. A. dos; VELHO, M. B.; ALACOQUE, L. E.; RODRIGUEZ, M. J. H. Motivos e significados atribuídos pelas mulheres que vivenciaram o aborto induzido: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 49 (3), p. 502-508, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/re USP/a/dTVFFLW9LHysRbkZFx4ZZbf>>.

SLIMANI, L. *Canção de ninar*. Tradução: Sandra M. Stroparo. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2018.